

Novas regras resgatam debate do mar territorial

Geografia

Enviado por: Visitante

Postado em:01/09/2009

A tramitação das propostas de regulamentação da exploração do pré-sal deve resgatar o debate sobre a divisão do mar territorial entre os estados brasileiros. A mudança na legislação é fundamental para que o Paraná receba recursos de royalties e participações especiais que serão gerados pelas novas reservas. Saiba mais...

De acordo com o sistema de mapeamento atual (estabelecido pelo IBGE em 1986), apenas Paraná e Piauí têm linhas convergentes de projeção de mar territorial, devido à geografia côncava dos litorais de ambos os estados. “Em resumo, significa que o mar territorial paranaense não ‘alcança’ as reservas do pré-sal”, explica o deputado federal Gustavo Fruet (PSDB). As novas regras do petróleo anunciadas ontem foram fruto de 13 meses e meio de pesadas disputas nos bastidores do governo. O principal eixo do debate envolveu a Petrobras, empenhada em ser a protagonista da nova etapa de produção de óleo no país, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, atuando na direção contrária. O presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, emergiu como o principal vencedor das contendas. Apesar da oposição de Lobão e de integrantes da área econômica, ele conseguiu arrancar a operação de capitalização da Petrobras que tanto queria. A União vai entregar a ela direitos de exploração de até 5 bilhões de barris, cujo valor ainda será estimado. Lobão, por sua vez, conseguiu emplacar sua proposta de criação de uma empresa estatal própria para administrar os contratos da União no pré-sal. A proposta tinha a oposição da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A estatal, chamada de Petro-sal, terá o papel de melhorar o acesso do governo às informações sobre o custo de exploração do petróleo. Hoje, esses dados estão fechados nas empresas. O parlamentar é autor de um projeto de lei que revisa a divisão e beneficia o estado. O texto foi apresentado em 2002 e está emperrado há um ano na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento. A proposta, porém, deve ganhar agilidade se for anexada aos projetos de lei do governo sobre o pré-sal. “Pelo regimento da Câmara dos Deputados, é perfeitamente possível que todas as propostas sobre o tema que já estão em tramitação sejam unidas às sugestões do governo”, avalia Fruet. A polêmica sobre a delimitação é antiga e provocou uma ação milionária de Santa Catarina contra o Paraná pelo direito aos royalties do campo exploratório de Caravela, na divisa entre os dois estados. Os catarinenses requerem no Supremo Tribunal Federal desde 1991 o ressarcimento de todo o recurso encaminhado aos paranaenses, em torno de US\$ 20 milhões (R\$ 33 milhões), mais o direito futuro dos benefícios sobre a exploração. Um laudo técnico feito pelo IBGE na época determinou que os recursos deveriam ficar apenas com o Paraná. O caso, que pode dar uma nova interpretação à legislação vigente, está nas mãos do ministro Joaquim Barbosa. Audiência pública O posicionamento do Paraná sobre o marco regulatório do pré-sal – incluindo a questão do mar territorial – será discutido em uma audiência pública na Assembleia Legislativa. O debate está sendo planejado pelos representantes do estado no Conselho Político da Presidência da República – o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o senador Osmar Dias (PDT) e o deputado federal Ricardo Barros (PP). “Depois que as leis estiverem aprovadas, não há mais como reclamar. O negócio é entrar no bonde agora”, justifica Paulo Bernardo. Os três participaram da apresentação dos projetos feita ontem pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, antes da solenidade oficial de apresentação das propostas. Todos têm restrições à proposta de

manter as regras que beneficiam os estados e municípios produtores de petróleo. “O melhor era fazer uma divisão igualitária, que fortaleça o sentido de federação”, defende Osmar Dias. A linha é a mesma seguida pelo governador Roberto Requião (PMDB), que também esteve ontem em Brasília. Segundo ele, o sistema atual privilegia o surgimento de “emirados brasileiros”, como os 57 municípios costeiros do Rio de Janeiro que embolsam 15% de todos os royalties de petróleo pagos no Brasil. “O mais justo é uma divisão que beneficie igualmente a todos.” Fonte: <http://portal.rpc.com.br>